**NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, ITP 01, DE XX DE XXXX DE XXXX**

Aprova a ITP 01, que dispõe sobre apuração de haveres.

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, faz saber que foi aprovada, em seu Plenário, a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

**ITP 01 – APURAÇÃO DE HAVERES**

|  |  |
| --- | --- |
| **Sumário** | Item |
| **REFERÊNCIAS** |  |
| **OBJETIVO** | **1 – 2** |
| **ALCANCE** | **3** |
| **DEFINIÇÕES** | **4 – 5** |
| **PRINCÍPIOS GERAIS** | **6** |
| **PLANEJAMENTO** | **7** |
| **INSTRUMENTAL PROBATÓRIO NO PROCESSO DE APURAÇÃO DE HAVERES** | **8** |
| **EXECUÇÃO** | **9 – 14** |
| **Procedimentos** | **10** |
| **Métodos Aplicáveis** | **11 – 14** |
| **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** | **15 – 18** |
| **Notas Explicativas** | **16 – 17** |
| **Premissa de continuidade operacional** | **18** |
| **LAUDO PERICIAL CONTÁBIL E PARECER PERICIAL CONTÁBIL** | **19** |
| **VIGÊNCIA** | **20** |
| **APÊNDICE – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO** |  |

**REFERÊNCIAS**

**DECRETO-LEI Nº 9.295, DE 1946** (alínea “e” do art. 25)

**NBC TP 01 (R2) –** Perícia contábil

**NBC PP 01 (R2) –** Perito contábil

**NBC PG 02 (R1) –** Exame de Qualificação Técnica para Perito Contábil

**NBC PG 01 –** Código de Ética Profissional do Contador

**NBC PG 12 (R4)** – Educação Profissional Continuada

**NBC PG 100 (R1) –** Cumprimento do Código, dos princípios fundamentais e da Estrutura Conceitual

**NBC PG 300 (R1)** – Contadores que prestam serviços (contadores externos)

**NBC TG 900 –** Entidades em Liquidação

**CTG 2002 –** Laudo de Avaliação Emitido por Contador

**RESOLUÇÃO CFC nº 1.640, DE 2020** (art. 3º, incisos I, II, III, IV, V e VII)

**OBJETIVO**

1. Esta Interpretação estabelece regras e procedimentos específicos para a apuração de haveres nas sociedades empresárias e não empresárias, personificadas ou não, alinhando as práticas contábeis com a legislação vigente e garantindo a equidade, transparência e precisão na apuração das participações societárias.
2. O objetivo é constituir um conjunto de orientações técnico-científicas para a condução da apuração de haveres, com foco na determinação precisa dos valores devidos a sócios, acionistas ou terceiros interessados nos casos de dissolução total ou parcial de sociedade.

**ALCANCE**

1. Esta Interpretação deve ser adotada por todos os profissionais e empresas contábeis, independente da forma processual na qual se insere a apuração de haveres, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver.

**DEFINIÇÕES**

1. Apuração de haveres é o processo que congrega um conjunto de procedimentos contábeis que objetiva avaliar o patrimônio de uma sociedade, com vistas a estipular o valor dos haveres ou deveres a cada sócio, acionista ou terceiro interessado, conforme descrito no item 2 desta Norma, em determinada data-base.
2. A apuração de haveres judicial é executada em processos que tramitam no Poder Judiciário. A apuração de haveres extrajudicial é aquela executada voluntariamente entre os sócios, acionistas ou interessados, mesmo as realizadas no juízo arbitral ou em qualquer outro meio e que venham a resultar na apuração do patrimônio da sociedade.

**PRINCÍPIOS GERAIS**

1. Além dos aspectos jurídicos e contratuais envolvidos, o processo de apuração de haveres deve ser guiado e executado de acordo com as normas legais associadas, com especial destaque para os princípios da transparência, equidade, precisão e legalidade.
   1. **Transparência** refere-se à garantia de clareza e acessibilidade das informações a todos os envolvidos no processo.
   2. **Equidade** refere-se à necessária aplicação compromissada da técnica, com imparcialidade e respeito no tratamento de todos os sócios, acionistas ou interessados.
   3. **Precisão** refere-se à aplicação de técnicas e procedimentos, em obediência às Normas Brasileiras de Contabilidade, que permitam uma apuração que revele o valor do patrimônio avaliado, em determinada data, e, consequentemente, a quantificação do valor dos haveres de seus sócios, acionistas ou interessados.
   4. **Legalidade** refere-se à utilização das legislações vigentes na época da apuração dos haveres.

**PLANEJAMENTO**

1. Aplicam-se aos processos de apuração de haveres as delimitações expostas na NBC TP 01, no que tange ao planejamento, considerando objetivos, desenvolvimento, equipe técnica e cronograma.

**EXECUÇÃO**

1. Aplicam-se ao processo de apuração de haveres as exigências estabelecidas pela NBC TP 01 quanto a atas, diligências e registros necessários, de acordo com a natureza e especificidade do processo.

**Procedimentos**

1. Aplicam-se à apuração de haveres os procedimentos técnicos estabelecidos na NBC TP 01, devendo o perito contábil indicar e fundamentar a escolha do método, nos termos estabelecidos na NBC TP 01.

**Métodos Aplicáveis**

1. São aplicáveis aos processos de apuração de haveres, além do previsto nos atos constitutivos e outros instrumentos de relações jurídicas estabelecidas, conforme o caso, os seguintes métodos:
   1. **Balanço Patrimonial de Determinação (BD)**: Apuração de todos os bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, e de todo o passivo, a preço de saída. Este método é aplicável, preferencialmente, em situações de dissenso entre sócios, acionistas ou interessados.
   2. **Valor Patrimonial Contábil (VPC)**: Apuração comparada de ativos e passivos escriturados, a valores de saída, sobre os quais não haja divergências significativas quanto à apuração desses itens por parte dos sócios, acionistas ou interessados.
   3. **Fluxo de Caixa Descontado (FCD)**: Apuração com base na projeção do valor presente dos fluxos de caixa futuros da sociedade, ajustado por uma taxa de desconto apropriada. Este método é aplicável em situações com disponibilidade de dados financeiros e contábeis, com destaque para sociedades com ativos intangíveis significativos ou potencial de crescimento elevado.
   4. **Múltiplos de Mercado (MM)**: Apuração comparada com outras empresas do mesmo setor de negócios, utilizando-se um conjunto de múltiplos financeiros. Esse método é aplicável quando há padrões de apuração, e dados que permitam comparação.
2. Em processos por autocomposição direta entre as partes interessadas, estas podem estabelecer o critério a ser seguido, devendo o profissional, no que couber, atrelar o seu trabalho às exigências dessa ITG, observando que se trata de critérios ajustados para o trabalho específico.
3. O perito contábil nomeado ou contratado deverá seguir o método estabelecido em instrumento contratual, decisão judicial ou deliberação específica. Na ausência de determinação judicial expressa, deverá adotar o balanço de determinação como método na apuração dos haveres.
4. Caso não seja possível aplicar o método indicado no item 12, o perito contábil deverá justificar e fundamentar a escolha do método adotado, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na NBC TP 01.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

1. As demonstrações adequadas para instrumentalizar a apuração de haveres são de natureza contábil e consistem em:
2. **Balanço Patrimonial**: é a demonstração que apresenta ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade em uma data específica, a data da apuração dos haveres. Também chamado de balanço especial ou balanço de determinação, deve ser elaborado conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade e o modelo contábil a ela aplicável, no que couber.
3. **Demonstração do Fluxo de Caixa:** é a demonstração contábil que avalia a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. Independentemente dos critérios e das variáveis definidas para mensurar os haveres, sua elaboração deve seguir os requisitos para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial aqueles apresentados na NBC TG 03, que define os requisitos para a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa e das respectivas divulgações.
4. **Demonstração dos Múltiplos de Mercado:** é a demonstração comparada dos indicadores financeiros (múltiplos financeiros) da entidade objeto da apuração de haveres com os indicadores de outras empresas do mesmo setor de negócios.
5. **Demonstrações específicas:** são demonstrações com estruturas próprias definidas em contratos, ou definidas e homologadas em processos de autocomposição.

**Notas explicativas**

1. Independentemente da demonstração definida para o caso, esta deverá ser acompanhada por notas explicativas quanto à composição dos saldos ou valores definidos, em especial notas que especifiquem:
   1. o critério adotado para apuração dos haveres;
   2. o tipo e a estrutura das demonstrações apresentadas;
   3. os critérios utilizados na avaliação dos elementos que compõem as demonstrações (ativos, passivos e variáveis que influenciam os fluxos);
   4. os parâmetros de materialidade e relevância aplicados na avaliação dos elementos.
2. Para fins de diferenciação das outras demonstrações referenciadas nesta ITP, quando for utilizada demonstração conforme letra “d” do item 14, o perito deve destacar essa condição em nota explicativa específica que trate da conformidade do laudo pericial contábil da apuração de haveres.

**Premissa de continuidade operacional**

1. A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e as demais normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade preveem que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas sob a premissa de continuidade operacional, pressupondo que a entidade permanecerá em funcionamento no futuro previsível, sem intenção ou necessidade de encerramento ou liquidação. Essa premissa se mantém válida no contexto da apuração de haveres.
   * 1. Essa diretriz distingue a apuração de haveres dos processos de liquidação regidos pela NBC TG 900 – Entidades em Liquidação, nos quais as demonstrações são elaboradas sob bases distintas.
     2. No contexto de apuração de haveres, a elaboração das demonstrações contábeis deve seguir as normas contábeis aplicáveis às entidades em continuidade.

**LAUDO PERICIAL CONTÁBIL E PARECER PERICIAL CONTÁBIL**

1. O laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil, para fins de apuração de haveres, devem seguir as mesmas delimitações expostas na NBC TP 01.

**VIGÊNCIA**

1. Esta Interpretação entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, xx de xxx de 2025.

Presidente

Ata CFC nº xxx

**APÊNDICE – MODELO DE DEMONSTRAÇÃO**

**Modelo 1 – Balanço Patrimonial para Apuração de Haveres (BPH)**

**(Especial ou de Determinação)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMPONENTES** | **SALDO PATRIMONIAL** | **AJUSTES** | | | | **SALDO**  **DETERMINAÇÃO** | **#REF[[1]](#footnote-1)** |
| **Para Mais** | | **Para Menos** | |
| **Valor** | **Ref#** | **Valor** | **Ref#** |
| **(+)** |  | **(-)** |  |
| *a* | *b* | *c* | *d* | *e* | *f* | *g=(b+c-e)* | *h* |
| **ATIVOS** | - | - | - | - | - | - | - |
| **PASSIVOS** | - | - | - | - | - | - | - |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | - | - | - | - | - | - | - |
|  |  | Sócio | | | % | Valor Apurado dos Haveres (R$) |  |
|  |  | “Sócio A” (objeto da apuração de haveres) | | | 30 | XX.XXX,XX |  |
|  |  | “Sócio B” | | | 30 |  |  |
|  |  | “Sócio C” | | | 40 |  |  |

1. Base instrumental que fundamenta o valor final de determinação do item. [↑](#footnote-ref-1)